

CARLOS MOREIRA ANTUNES

FUNDAMENTAÇÃO
E EXPLICAÇÃO NOS ATOS
ADMINISTRATIVOS
AUTOMATIZADOS

ÍNDICE

Prefácio.....	7
Lista de abreviaturas.....	11
INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO I INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E CONCEITOS CONEXOS.....	15
1. Aproximação ao conceito de Inteligência Artificial	17
2. Breve conceito de Algoritmo	24
2.1. «Nem tudo o que luz é ouro»: o papel dos algoritmos no Direito Administrativo.....	27
3. Aproximação ao conceito de algoritmos de <i>Decision Making</i>	29
CAPÍTULO II AUTOMAÇÃO NOS ATOS ADMINISTRATIVOS E DEVER DE FUNDAMENTAÇÃO	33
1. O ponto de partida para o estudo: concurso automatizado de colocação de professores em Itália.....	33
1.1. O litígio	33
1.2. A apreciação da questão pelo Conselho de Estado italiano.....	34
1.3. Os desafios ao Direito	36
2. A Automação da vontade administrativa.....	40
2.1. Noções e alcance de automação	41
2.2. Automação e procedimento administrativo eletrónico.....	44
3. O dever de fundamentação nos atos administrativos.....	64
3.1. Dever de Fundamentação no Direito Português	65
3.1.1. No plano Constitucional.....	72

•

3.1.2. No Código do Procedimento Administrativo	76
3.1.2.1. Fundamentação expressa	80
3.1.2.2. Fundamentação sucinta	84
3.1.2.3. O conteúdo da fundamentação: a sua suficiência	86
3.1.2.4. Em especial, a concomitância	93
CAPÍTULO III	
CONCILIAR O FUTURO COM O PRESENTE: REQUISITOS DA AUTOMAÇÃO NA VONTADE ADMINISTRATIVA.....	
1. Os desafios da automatização na fundamentação dos atos administrativos	99
1.1. A questão da transparência e da imparcialidade	109
1.1.1. A transparência	109
1.1.2. Imparcialidade e não discriminação	119
2. O direito à explicação	124
2.1. O que é o direito à explicação ou explicabilidade?	125
2.1.1. Decisões exclusivamente automatizadas.....	145
2.1.2. Os deveres de informação sobre tratamento automatizado no RGPD	151
2.2. Deveres de informação e de explicação no Regulamento da Inteligência Artificial	155
3. Direito à explicação <i>vs</i> fundamentação.....	163
3.1. Informação <i>ex ante</i> à fundamentação	169
4. Adequação legal à fundamentação dos atos administrativos automatizados	173
FONTES.....	181
1. Bibliografia	181
Referências doutrinárias	181
Outros documentos <i>online</i>	187
2. Projetos e/ou diplomas normativos	187
Nacionais.....	187
União Europeia.....	189
Internacionais e comparados	190
3. Jurisprudência.....	190
4. Outros Documentos e sites consultados.....	191
Índice.....	195



GESTLEGAL

www.gestlegal.pt • editora@gestlegal.pt